

O papel do psicólogo na promoção e no desenvolvimento de políticas sociais ligadas aos direitos humanos e à cidadania

Psychologists role in promoting development and social policies related to human rights and citizenship

Ilana Camurça Landim¹
Manuella Bachá Joca Bayma²
Xênia Diógenes Benfatti³

Resumo

O artigo desenvolvido é resultado de uma pesquisa qualitativa cujo contexto relaciona dois eixos centrais: os direitos humanos e o trabalho da Psicologia. O objetivo delineado para investigação incidiu sobre a análise da atuação do psicólogo em atividades de políticas sociais relacionadas à cidadania e aos direitos humanos, pois identificar e analisar essas práxis contribuem para a formação profissional e acadêmica dos egressos dos cursos de Psicologia. A metodologia desenvolvida caracteriza-se como qualitativa, de caráter descritivo e exploratório. Os procedimentos metodológicos realizados contemplaram pesquisas bibliográficas e de campo. A unidade de análise para pesquisa de campo foi uma Organização Não Governamental, localizada no bairro Lagamar, na cidade de Fortaleza – CE. Os dados coletados são provenientes de entrevista semiestruturada realizada com a psicóloga da instituição, bem como por meio de observação à estrutura e organização da instituição. As análises feitas mostram que a atuação do psicólogo tem avançado bastante nas áreas ligadas à cidadania e direitos humanos, contudo a qualificação profissional para a atuação à essas novas demandas é uma necessidade, pois trabalhar na promoção de direitos humanos requer além de compromisso e responsabilidade social, uma formação especializada. A psicologia deve atuar

¹ Graduada em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará, com interesse pela temática juventude, mídia e subjetividade. Atualmente trabalha com Psicologia Escolar.

² Graduada em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Já atuou na área comunitária e no planejamento de políticas públicas para crianças e adolescentes.

³ Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará, especialista em Planejamento Educacional pela Universidade Federal do Ceará, mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará e Doutora em Educação também pela Universidade Federal do Ceará. Já foi consultora do MEC na área de Ensino Médio e coordenadora do Curso de Pedagogia da Unifor. Atualmente é professora e pesquisadora da Unifor.

junto à sociedade, voltando sua análise crítica para uma prática comprometida com a ética e com as noções de singularidade do sujeito, e isso não implica em manter o *status quo*, mas sim em questionar, criticar e propor mudanças nas políticas e práticas sociais

Palavras-chave: Políticas sociais. Direitos humanos. Psicologia. Comunidade.

Abstract

The developed article is a result of a research which context relates two central lines: the human rights and the Psychology work. The objective towards investigation focused over the analysis of the psychologist act on social political activities related to citizenship and human rights, because identifying and analyzing these praxis contribute to the professional and academic formation for graduates of Psychology. The developed methodology is qualitative, descriptive and exploratory. The methodological procedures performed contemplated bibliographic and field researches. The analysis unit to field researches was a NGO, located on Lagamar block, in Fortaleza – CE. The collected data come from a semi-structured interview performed by the institution psychologist, as well as some observation to the structure and organization of the institution. The analysis performed show that psychologists are acting much more in areas related to citizenship and human rights, however the professional qualification of acting in these new demands is necessary, because working in promoting human rights requires not only commitment and social responsibility, but a specialized formation. Psychology and society must work together, aiming their critical analysis towards a committed manner with ethics and notions of uniqueness of the person, and that does not imply in keeping the *status quo*, it implies in questioning, criticizing and proposing changes in social policies and practices

Keywords: Social political. Human rights. Psychology. Community.

Introdução

A atuação do psicólogo nas áreas ligadas às políticas sociais, aos direitos humanos e à cidadania tem se intensificado nas últimas décadas. As hipóteses para esse avanço estão ligadas aos desafios impressos pelas sociedades, que ampliaram suas concepções, regulamentaram suas intenções, mas ainda não conseguiram substancialmente superar o flagelo humano da exclusão social e da alienação dos princípios democráticos. Nesse contexto, a Psicologia emerge essencialmente como uma área de conhecimento, cuja natureza está essencialmente ligada à reflexão, à intervenção e à produção de saberes ligados ao homem e seus contextos. Em todas suas áreas de atuação, o psicólogo é

levado a pensar e agir criticamente para e na promoção dos direitos humanos e sociais: um legítimo e genuíno papel consolidado historicamente, assim como afirma Camino (2000), quando destaca que os direitos humanos não são externos à Psicologia, mas algo que se coloca diariamente na prática profissional do psicólogo.

Este artigo é resultado de uma pesquisa de campo desenvolvida em uma Organização Não Governamental (ONG), situada na comunidade do Lagamar, que está situada na cidade de Fortaleza – Ce, uma área de grande vulnerabilidade social, onde existem muitos jovens envolvidos com drogas e em contextos de violência, aspectos que muitas vezes estão relacionados à falta de oportunidades socioeconômicas, culturais e exclusão social.

O objetivo da pesquisa foi identificar e analisar as principais atividades desenvolvidas pelo psicólogo e que estão ligadas aos direitos humanos, cidadania e políticas sociais. Os dados da investigação foram obtidos por meio de pesquisa bibliográfica e de campo. Na pesquisa de campo realizamos entrevista com o psicólogo contratado pela ONG e fizemos observações sobre a organização e funcionamento da instituição.

As evidências coletadas foram analisadas e serão apresentadas em quatro seções. Na primeira, apresentaremos a metodologia que orientou o processo de investigação; na segunda, apresentaremos os contornos históricos ligados aos direitos humanos; na terceira, serão elucidados os resultados e discussões: no primeiro tópico, haverá a caracterização da instituição visitada, e no segundo serão apresentados os dados coletados pela entrevista, bem com as análises sobre sua práxis profissional; por fim, na terceira seção, apresentaremos as considerações finais sobre o trabalho realizado.

Metodologia

A abordagem metodológica que adotamos seguiu predominantemente os contornos da abordagem qualitativa, caracterizada por Bogdan e Biklen (1994) como uma investigação que: usa o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador é seu principal instrumento; tem dados predominantemente descritivos; prioriza o processo e não o produto; usa o significado que as pessoas dão as coisas e a sua vida como foco de atenção para pesquisador; e analisa os dados por meio de um processo indutivo e sem generalizações.

Definimos o estudo de caso como caminho para o planejamento, coleta e análise das evidências. Para Merriam (apud LÜDKE e ANDRÉ, 1996), as características essenciais do estudo de caso são: a particularidade, pois focaliza uma situação, um programa, um fenômeno particular; a descrição, pois o denso detalhamento possibilitará a interpretação da situação em estudo; o heurismo, pois traz luzes sobre a realidade; a indução, pois a descoberta não pode ser uma mera verificação de hipóteses definidas a priori.

A unidade de análise escolhida para o estudo de caso foi uma Organização Não Governamental, situada em Fortaleza – Ce, que trabalha com crianças, adolescentes e adultos em vulnerabilidade social. O problema delineado para a investigação foi direcionado pela questão: identificar e investigar as atividades desenvolvidas pelo psicólogo em áreas ligadas aos direitos humanos, cidadania e políticas sociais. Os procedimentos metodológicos usados no caso analisado foram a entrevista semiestruturada e a observação participante.

No que concerne à entrevista, ela foi realizada com uma psicóloga que atua há dois anos na ONG em questão, As perguntas que guiaram a coleta de dados foram: quais as atividades desenvolvidas pela instituição?; quais atividades que você, como psicólogo, desenvolve?; as políticas públicas trabalhadas pela instituição atendem a intenção e realidade em que estão imersas?; quanto aos conhecimentos que você teve em sua formação acadêmica, como você avalia-os no desenvolvimento do seu trabalho nessa instituição?; e quais as competências e habilidades que você julga importante para o trabalho do psicólogo nessa área?

Quanto à observação, ela foi desenvolvida no período de maio de 2012 e incidiu sobre as atividades, estrutura e funcionamento da instituição.

Uma breve história dos direitos humanos

Antes de trabalhar em teor crítico acerca dos direitos humanos, se faz necessário compreender e delimitar o seu percurso histórico para assim apreender suas nuances e seus impasses nos tempos atuais. Diante disso, Trindade (2001) destaca que, inicialmente, na Idade Média, com sua organização feudal, havia uma rígida estratificação social fundada no privilégio do nascimento. O sujeito nascia e morria pobre, não havendo nenhuma mobilidade de ascendência de classe. O feudo era o território do senhor (barão ou bispo), enquanto que aos camponeses e seus familiares restava apenas trabalhar na terra destes. A diferença da escravidão para a servidão feudal está em que os escravos antigos poderiam

ser vendidos apartados da terra, em contrapartida, os camponeses tinham direito a um usufruto oneroso à fração de solo arável concedida pelo senhor.

Ainda segundo Trindade (2001), dentre os fatores que desestabilizaram o sistema feudal está a ocorrência da Peste Negra, em 1347. Ratos que tinham pulgas contaminadas por moléstia passaram a contaminar outros ratos, que morriam, e, a partir daí, as pulgas passavam a se alimentar do sangue das pessoas. Cerca de mais de 20 (vinte) milhões de pessoas morreram, sendo esse número mais elevado que os mortos na Primeira Guerra Mundial. O índice retratado significa um terço da população. Com isso, o número de trabalhadores tornou-se escasso, fazendo com que a mão de obra fosse mais valorizada. Além disso, houve o surgimento dos burgueses, uma pequena elite economicamente independente, que conseguia acumular determinado capital a partir de práticas comerciais contribuintes para a instalação de uma nova organização econômico-social.

Compreende-se que o século XVIII proporcionou um clima intelectual de triunfo do racionalismo. Foi nesse contexto que Copérnico concluiu que a Terra não é o centro do Universo, mas apenas um pequeno planeta. Galileu Galilei constatou o heliocentrismo, lançou as bases do método científico, fundando-o na observação experimental e não em dogmas. Newton revolucionou a matemática e a física, enquanto que Descartes desenvolveu o método lógico para a busca da verdade. A Igreja foi abalada pelas ideias protestantes, que defendiam uma comunicação direta do fiel com Deus, enfraquecendo a autoridade do alto clero e a necessidade de prestação de indulgências para alcançar o paraíso (TRINDADE, 2010).

A lógica fundada no Iluminismo foi a da razão humana, modificando a realidade em vigor na época. A certeza de todas as coisas, que era ditada pela Igreja, caiu por terra. Iniciou-se um novo tempo em que inúmeras criações começaram a acontecer, dentre elas, a invenção do tear mecânico, da máquina a vapor, as descobertas científicas, o alargamento das fronteiras do conhecimento, do controle técnico sobre a natureza e da expansão da produtividade, intensificada na era capitalista. Isso proporcionou uma mudança de paradigma crescente, que caminha para a exclusão quando partimos do pressuposto de que nem todos têm acesso ao conhecimento, à globalização e à tecnologia.

Coimbra (2000) explicita que, em 26 de junho de 1945, pela Carta de São Francisco, foi criada a Organização das Nações Unidas, como proposta de unir nações em objetivos comuns de paz e de desenvolvimento, e em 1948, em

pleno período da chamada “guerra fria”, foi construída a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que afirmava que “todos os homens nascem livres e iguais em dignidades e direitos”. Por vezes é encarada de forma utópica, sendo capaz de deixar o sujeito na acomodação e na desesperança em conseguir uma almejada igualdade ensaiada em termos de Revolução Francesa.

O autor também destaca que no Brasil, mais tardiamente, aconteceu o despertar pela busca dos direitos humanos. A primeira constituição data de 1824, outorgada pelo primeiro imperador após dissolver a Assembleia Constituinte, porém, os direitos propriamente sociais passaram a ganhar solo a partir da tentativa de fundar uma modernidade democrática com nova Constituição de 1988. Desse modo, ela surgiu como proposta de promover mudanças no ordenamento jurídico, reafirmando valores esquecidos no regime militar e propondo um novo perfil social para o cidadão. Abriu-se espaço para um sistema que prima pelo resguardo da dignidade da pessoa humana, pelo menos no que correspondem as escrituras.

Resultados e Discussões

Responder do que se tratam os direitos humanos é ser no mínimo ousado, quando partimos do pressuposto de que a teoria não acompanha a prática e de que para muitos a lei permanece apenas nas Constituições e nos Estatutos. Muitas vezes, isso se torna um “sonho” dos psicólogos comprometidos com a ética, a justiça, a igualdade, e sobretudo, com a busca pela felicidade própria e dos que cruzam sua prática. Para isso, é preciso ter direitos atendidos por terceiros: à vida, ao lazer, à saúde, à dignidade, à educação, entre outros.

O grande impasse é que, quando tratamos do tema em questão, vislumbramos uma significativa distância entre direitos e igualdade, e uma real aproximação de direitos e exclusões. Isso termina por prejudicar as relações humanas e o fazer do psicólogo quando rema muitas vezes contra as dimensões políticas, econômicas e tecnológicas acessadas por poucos.

A visão acima é própria da contemporaneidade, quando consideramos que vivemos numa modernidade transitando para uma pós-modernidade, o que acarreta uma intensificação no ritmo das mudança, fazendo predominar uma lógica individualista. Entendem-se os direitos humanos para todos na teoria a partir de um viés social, quando nos encontramos diante de um fazer política que é, prioritariamente, social. Porém, o humano de que falamos está cada

vez mais restrito à própria individualidade, preocupando-se apenas com a sua singularidade, causas particulares, progresso e emancipação, deixando suspenso que somos seres sociais.

Caracterização da unidade visitada

A Fundação onde foi desenvolvida a pesquisa de campo se localiza na comunidade do Lagamar, na região metropolitana de Fortaleza, Estado do Ceará. É caracterizada como Organização Não-Governamental, destinando-se a atender pessoas submetidas a uma realidade social precária e vulnerável, na faixa etária entre 05 e 25 anos de idade. Possui mais de 20 atuantes em suas atividades, a maioria remunerada por bolsas do governo e apenas dois funcionários efetivos, que são os que trabalham nos serviços de limpeza e de vigilância.

A história não somente da ONG, como do Lagamar, é marcada por muita luta e mobilização social. E todos que lá habitam levam, de alguma forma, a marca da luta pela terra, pela casa e pela urbanização, direitos próprios de sujeitos de direito. A partir da década de 80, o Lagamar passou a ser referência de um povo organizado em prol dos seus direitos através das Comunidades Eclesiais de Base - CEBS e não somente de uma comunidade onde há marginalizados e sujeira. Nesse período, morava e trabalhava no Lagamar, um grupo de jovens alemães ligados à Igreja. Um deles era um rapaz que, vindo da Europa, havia se sensibilizado com a realidade de vida do Lagamar, bem diferente da sua origem. A vontade de luta e de mudança social do jovem resultou, após a sua morte prematura por meningite, na construção da ONG por iniciativa do seu pai.

Em 17 de maio de 1992, foi criada a fundação e, até hoje, muitas mudanças já foram efetivadas. Atualmente, as suas atividades estão sendo desenvolvidas em quatro setores fundamentados em dois grandes eixos: Protagonismo Juvenil e Desenvolvimento Social. O primeiro setor refere-se ao Ponto de Cultura, projeto financiado pela Secretaria de Cultura do Estado, no qual são efetuados cursos de Música – percussão, violão – e Informática. Outro setor é o Pontinho de Cultura, que desenvolve as aulas de teatro, coral infantil e grupos de discussão de temáticas diversas com as crianças e adolescentes (Círculo de Cultura). Existem as atividades do projeto Trabalho e Renda, do qual participam mulheres costureiras, que se reúnem não apenas para costurar, mas também participam de rodas de conversa e momentos de discussão. O Projeto Zeis – Zona Especial de Desenvolvimento Social – compõe mais um setor das atividades da ONG,

uma vez que a comunidade do Lagamar, recentemente efetivou lutas para se enquadrar no conceito Zeis, e, a partir disso, conseguir investimentos do Banco do Nordeste.

Em relação à estrutura física da fundação, essa possui 08 (oito) salas, 01 (uma) copa, 02 (dois) banheiros femininos e masculinos, não sendo, contudo, dotada de área livre. Dentre as salas em que se realizam as atividades, existe um Studio Musical, com teclado, bateria, violão e diversos instrumentos musicais para que ocorram as aulas. Havia uma sala de dança, que foi transformada em sala de leitura, com um ambiente agradável, diversos livros e uma pessoa que atua com “contação” de histórias para ministrar as respectivas atividades. Há também a sala de informática e um salão onde acontecem os Círculos de Cultura e as aulas de Teatro.

No que se refere às suas perspectivas futuras, a Fundação objetiva continuar na luta social em prol de direitos humanos e políticas públicas que beneficiem a comunidade do Lagamar, efetivando o projeto Zeis e promovendo os Círculos de Cultura, com suas mais diversificadas atividades – percussão, coral, grupo infantil – sempre se aprimorando para conseguir atingir um número mais abrangente de jovens e crianças.

A contribuição da psicologia na práxis-reflexão acerca dos direitos humanos e das políticas públicas

Trazendo para a esfera psicológica, sabe-se que, independente da área de atuação, luta-se por direitos próprios, sejam individuais ou sociais. Na escola, o psicólogo contribui para uma educação de qualidade, que atenda às demandas individuais, não podendo se restringir apenas ao exigido pela instituição. Na área jurídica, a interface com a lei exige o conhecimento da história social da modernidade, bem como o desejo de construir uma lógica que proporcione ao sujeito maiores possibilidades de acesso ao atendimento de suas demandas civis e humanas. Na área da saúde, trabalha com uma equipe interdisciplinar visualizando o ser humano além do paradigma saúde-doença, mas nas conseqüências das tecnologias e tratamentos médicos para o seu bem estar. Na clínica e na sociedade, por sua vez, lida com sujeitos perpassados pela busca dos direitos humanos, mesmo que essa esteja embotada e disfarçada numa clara busca pela felicidade individual (SILVA, 2003).

No parágrafo anterior, diversas áreas psicológicas foram relacionadas, considerando que desempenham metodologias e práticas diferentes, porém,

tratam de um mesmo sujeito. Esse é, mesmo sem ter convicção real de seu papel, um ser social, político, histórico-cultural, e, mesmo imerso num contexto ambiental, não deve deixar de ser singular e heterogêneo. A subjetividade do sujeito perpassa os fatores anteriores, sendo constituído e construindo por eles. Quando se destaca uma posição política, essa existe por serem sujeitos de direitos, o que inclui ter acesso à saúde, à escola, à sociedade, e indiretamente, termina por usufruir dos serviços psicológicos, quando se considera que são esses os locais de atuação da Psicologia.

No contexto social e comunitário, tais prerrogativas supracitadas se fazem presentes, uma vez que é comum surgirem demandas diversificadas, que remetam a problemas da ordem do real, ou seja, falta de moradia, fome, drogas, violência, entre outros. De acordo com Góis (2004), a Psicologia Comunitária, um dos grandes braços da nova e crítica Psicologia Social, tem como objetivo uma atuação mais ativa e comprometida dos psicólogos com os problemas da sociedade. Ela está centrada em dois grandes eixos: o do desenvolvimento humano e o da mudança social, partindo de uma visão positiva de comunidade e de seus membros. Neste contexto, o indivíduo é concebido como responsável e competente na construção de sua vida e de sua comunidade, bastando para isso a existência de certos processos de facilitação social baseados na ação local e na conscientização.

Sendo assim, o desenvolvimento da comunidade deve partir primeiramente do desenvolvimento do sujeito da realidade comunitária e não apenas uma adequação deste às ideologias predominantes. Para Góis (2004), a Psicologia Comunitária guiará sua ação para uma mudança libertadora, a partir das próprias condições de desenvolvimento da comunidade e de seus moradores, sem impor mudanças ou tentar enquadrar projetos sem embasamento nas demandas e potencialidades da comunidade.

Diante disso, a psicóloga entrevistada pontua seu papel na ONG, destacando os autores que dão subsídios a sua prática, tais como Paulo Freire, Martin Baró, Maritza Montero, Cezar Wagner de Lima Gois, além de Sylvia Lane, Antonio da Costa Ciampa, entre outros. Para ela, o pensamento de tais teóricos se vinculam intrinsecamente à prática de promoção e afirmação dos direitos em todos os seus níveis; como a construção da autonomia e protagonismo dos moradores das comunidades, onde a Psicologia visa integrar diversos saberes em busca de contribuir com o processo de emancipação social

e de co-participação com os sujeitos, entendendo como históricos os processos de construção da subjetividade que compõe tal espaço.

A psicóloga que desenvolve as atividades na fundação discorreu acerca das suas atividades, as quais vão desde a atuação junto ao colegiado gestor, contribuindo para ações organizacionais e estratégicas para o bom funcionamento da fundação e da equipe em geral. Além disso, atua na coordenação das ações do Projeto Ponto de Cultura, no qual sua prática como psicóloga se amplia, tendo em vista que necessita desenvolver ações para a boa execução do projeto, como a implementação do planejamento das atividades previstas no plano de trabalho, prestação de contas, montagem de relatórios e realização de encontros quinzenais com facilitadores.

Diante disso, destaca-se que uma atuação voltada para a efetivação de políticas públicas e direitos humanos envolve um amplo trabalho ampliado por parte do profissional de psicologia, que necessita também administrar, projetar, escrever relatórios, preparar planos de ação, ou seja, atuar conforme as demandas sociais e organizacionais.

Telles (1996) debate acerca da definição de direitos humanos, os quais, para a autora, recusam qualquer facilidade de definição, uma vez que, muitas vezes, deixam escapar o que se faz mais interessante compreender. Falar dos direitos sociais é uma maneira de se apropriar de heranças da modernidade e de assumir as suas promessas de igualdade e justiça. Desse modo, a autora propõe a problematização dos direitos humanos, que ultrapassam dados históricos e abrem espaço para uma gama de questionamentos correspondentes às urgências que a atualidade vem colocando.

Assim, o psicólogo promotor dos direitos humanos deve auxiliar no processo de empoderamento do sujeito, no que concerne à sensibilização dos direitos de si e dos outros, bem como na busca por possibilidades de saber o que é possível fazer para sair da passividade de vítima para virar sujeitos da própria história. Tal história é individual, mas nunca deixará de ser social em sua totalidade.

Quando nos remetemos ao trabalho de organizações junto às comunidades, necessitamos pensar se tais trabalhos estão sendo feitos para atender verdadeiramente a realidade social a que estão inseridas. Diante disso, a psicóloga entrevistada conta um pouco da sua experiência e da história da Fundação em que trabalha e da suas atuações junto à população do Lagamar:

A ONG já tem 20 anos de história e nesse longo período já passou por várias fases em busca de coerência frente às demandas da comunidade e por isso mesmo que houveram muitas mudanças e transformações. No início, ela nasceu como uma escola profissionalizante, pois havia muita necessidade de qualificação e os espaços oferecidos na cidade não atendiam a essa demanda. Aqui foram formados eletricitistas, encanadores, manicures etc. Acontece que, com o passar do tempo, muitos jovens foram se inserindo na ONG, o que levou a uma modificação das atividades, e assim projetos relacionados à formação musical e cultural foram se construindo. [...] Hoje a Fundação desenvolve atividades voltadas ao trabalho com crianças e adolescentes, mas ainda mantém um pouco de suas raízes, pois forma costureiras e faz grupos de adultos para aprender informática, o que nós sabemos que é crucial hoje em dia para se arranjar qualquer emprego.

As mudanças pelas quais a fundação passou tiveram como objetivo melhor atender ao público que a frequenta. Hoje a presença significativa dos jovens traz novos questionamentos e necessidades que estão atreladas às dimensões da vulnerabilidade social, o que compromete o desenvolvimento destes jovens sujeitos. Droga, violência e desestrutura familiar são, por exemplo, alguns dos desafios encontrados por tais jovens. A Fundação, através de suas atividades, ligadas não apenas à cultura, mas também à conscientização, funciona como um forte ponto de apoio e de propostas de mudanças e luta social.

Desse modo, desenvolver políticas sociais através do fazer psicológico é admitir uma promoção do desenvolvimento do próprio sujeito. Na medida em que ele passa a conhecer e se apropriar da sua história de vida, atravessada pelo viés social, ele se comprometerá com sua atuação no mundo. Conscientizar, aos moldes de Paulo Freire (1980), é fazer com que a subjetividade humana caminhe para a plena realização dos direitos humanos e da cidadania, buscando estar em uma sociedade que suporta as diferenças, mas que anseia igualdade em direitos políticos e sociais.

Diante disso, Coimbra (2000) destaca que a articulação entre psicologia, política e direitos humanos compreende as considerações acerca dos efeitos que suas práticas produzem e propõe a ruptura de pensamentos ortodoxos e a concepção de que as verdades são, acima de tudo, temporárias, mutantes e provisórias. Desse modo, o psicólogo deve transcender o mundo guiado por

modelos, os quais dizem aos sujeitos o que fazer e como fazer, ocultando sempre o para quê fazer.

A formação concedida pelos cursos de psicologia deve dar subsídios à prática *psi* em seus mais diversos contextos. Ao ser questionada acerca da preparação que obteve na faculdade para atuar no contexto social comunitário, a psicóloga responde que:

O meu currículo foi anterior ao que está atualmente se desenvolvendo na faculdade de Psicologia e ele não contava com disciplinas de políticas públicas, saúde, direito humanos, educação inclusiva etc. Fato que apesar de lamentar não considero uma grande falha, pois tais currículos se retroalimentaram a partir das necessidades da prática. Quando o psicólogo começou a se fazer presente em número maior de contextos, se viu também a necessidade de constar em sua formação conhecimentos que abarcassem essas práticas. [...] Desde muito cedo sempre me inquietei com as disparidades e opressões sociais, assim desde sempre soube que queria a área social e, portanto, já fui trilhando meu caminho acadêmico nessa direção. Com essa vontade busquei alternativas dentro do que acreditava que poderia me dar subsídios para atuar na área, fui monitora de psicologia social, fiz parte de projetos, grupos de estudos, estágios, participei até do centro acadêmico e dos movimentos em geral da Universidade. Neste percurso pude ir me apropriando não apenas de conhecimento, mas da capacidade crítica e dialógica que a gente adquire quando está imerso em questões de cunho social.

Assim, a falta de disciplinas destinadas para algumas áreas na formação em Psicologia pode ser motivador para alguns estudantes que decidem não esperar o conteúdo ser dado e, simplesmente, vão em busca dele. Atualmente, os currículos se ampliaram e abarcam um número maior de disciplinas e conteúdos, no entanto, não deixa de se fazer necessário o movimento do próprio estudante em busca de se aprofundar naquilo que mais se interessa e se identifica.

Ainda no que se refere ao trabalho do psicólogo comunitário, a profissional entrevistada relatou que para atuar em tais contextos algumas competências e habilidades se fazem necessárias, como uma inquietação natural e inconformismo com a realidade social, de modo que possa estar continuamente lutando pela emancipação social, em busca de superar as situações de vulnerabilidade e risco

social construídos historicamente. Seguido a isso, vem o manejo para trabalhos em grupo prioritariamente, comunicação, pró-atividade, criatividade para atuar em ambientes físicos, muitas vezes, não confortáveis, adequação de técnicas e metodologias condizentes com a realidade, assim como, saber atuar com os mais diversos tipos de públicos e faixas etárias.

A psicologia deve atuar junto à sociedade, voltando sua análise crítica para uma prática comprometida com a ética e com as noções de singularidade do sujeito, não implicada em manter o *status quo*, mas sim em questionar, criticar e propor mudanças nas políticas e práticas sociais. A partir da problematização e do comprometimento social, a prática psicológica poderá reinventar novas formas de ser e estar no mundo, fortalecendo e expandindo novas ações e movimentos afirmando os direitos humanos como direitos de todos.

Considerações finais

Com a mesma intensidade e ousadia com que se iniciou o artigo, pretende-se terminá-lo ciente que “Direitos humanos” é uma temática que não se esgota. Primeiramente, porque é obrigatório, como cidadãos psicólogos ou não, envolvidos em políticas sociais, colocá-los em destaque a fim de possibilitar o surgimento de uma emancipação subjetiva dos sujeitos de direitos do qual se fala.

Tendo em vista que o objeto de estudo da Psicologia é o ser humano, e esse é transpassado pelo viés social, crítico, histórico-cultural, não há como o fazer psicológico se manter alheio à discussão que interessa de modo primordial ao sujeito. O que impulsiona a existência da Psicologia é o anseio de compreender e falar do próprio sujeito, independente desse ser considerado a partir do inconsciente, comportamento ou subjetividade. O que está em questão, mais do que saberes, é o sujeito; não podendo a Psicologia se eximir da função de trazer consciência social nos diversos campos de atuação, sendo a comunitária o foco da investigação.

Independente da área de atuação do psicólogo, considerando que há uma porção de possibilidades de fazer, como as áreas clínicas, escolares, organizacionais, jurídicas, comunitárias, não se pode desprezar o que há de mais importante, sendo esse o próprio sujeito, que precisa ser discutido a partir da dimensão política e social. Conforme teóricos levantados, como Freire, deve-se buscar uma conscientização de que a humanidade precisa estar atenta ao pleno

estabelecimento de direitos, não se conformando com uma posição de uma exclusão, quando se vive num contexto que nunca falou tanto de inclusão.

Quando se pensa em inclusão, não há como se referir apenas ao sujeito com deficiência. Inclusão é um processo que compreende a todos, do rico ao pobre, do opressor ao oprimido. O psicólogo tem que pensar urgentemente que papel está desempenhando e contribuindo para a sociedade, não podendo se restringir a ser um mero reprodutor de relações de poder e de políticas sociais desacreditadas, devendo atuar distante do romantismo e da utopia, e muito mais diante do comprometimento social e da participação no desenvolvimento integral do sujeito.

As novas problematizações do fazer psicológico não podem se resumir, conforme discutido em exaustão durante décadas, sobre o “que fazer”, e sim em “como fazer”. As buscas devem ser de estratégias efetivas, as quais estão em construção, que possam verdadeiramente produzir uma ciência psicológica e sujeitos comprometidos com a sociedade, com os direitos humanos, com a cidadania e as políticas sociais.

O psicólogo atuante em fundações que visam atender aos objetivos comunitários, como a entrevistada, deve se comprometer com debates e discussões de cunho crítico e dialético sobre a ideia de homem, a realidade sociocultural na qual ele está inserido, seus relacionamentos interpessoais e seus processos de comunicação. O profissional da área precisa aproximar o arsenal teórico da práxis, pois só assim poderá participar ativamente a favor de políticas públicas. A Psicologia na perspectiva teórica-crítica ressalta que o sujeito pertence a uma tendência sociocultural, onde este é detentor da própria história, possuindo a capacidade de reflexão sobre ela.

Referências

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Ed. Porto, 1994.

CAMINO, L. Psicologia e direitos humanos. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.). *Psicologia, ética e direitos humanos*. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. p. 41-65.

COIMBRA, C. M. B. *Psicologia, direitos humanos e neoliberalismo*.

Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/pdfv1r1/Cecilia.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2012.

FREIRE, P. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

GÓIS, C. W. Psicologia comunitária. In: SILVA, M. F.; AQUINO, C. A. (Org.). *Psicologia social: desdobramentos e aplicações*. São Paulo: Escrituras, 2004. Cap. 6, p. 137-161.

LÜDKE, M.; ANDRE, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1996.

SILVA, M. V. O. et al. *Os direitos humanos na prática profissional dos psicólogos*. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2003.

TELLES, V. S. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/ds/veratelles/artigos/1996%20Direitos%20Sociais.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2012.

TRINDADE, J. D. L. *Anotações sobre a história social dos direitos humanos*. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/direitos/tratado1.htm>>. Acesso em: 2 mar. 2012.